

JUSTIÇA & CIDADANIA

ESPAÇO AMB
**INSTRUMENTOS LEGAIS
CONTRA A VIOLÊNCIA**

ESPAÇO OAB
**PRECATÓRIOS, NO VENENO
ESTÁ O ANTÍDOTO**



ENTREVISTA COM O NOVO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO, DESEMBARGADOR HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA

“O TRIBUNAL SE ADAPTOU AOS NOVOS TEMPOS”

DIREITO A TER DIREITOS NA VELHICE

Capacidade jurídica e tomada de decisões

FERNANDA DUTRA PINCHIARO

Defensora Pública do Estado de São Paulo

“E se assinasse algum documento, mesmo com Alzheimer, checava cinco vezes. Se não concordasse, não assinava. Checava cada decisão que as advogadas tomavam, para ver se estavam fazendo certo. Sabia como seria o seu futuro. Sabia que a demência era um caso não só para a medicina, mas também para o Judiciário. Sabia que havia leis que a protegiam e preservavam o bem (e os bens) familiar(es). Acreditava na Justiça.”¹

A obra de Marcelo Rubens Paiva “Ainda Estou Aqui”, publicada pela primeira vez no mesmo ano em que foi assinada pelo Brasil a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, retrata a história da mãe do autor, Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva, ou Eunice Paiva, advogada que, tendo ela mesma ajuizado ações de interdição, aos 77 anos viu-se sujeita a este rito, pelo qual se objetiva declarar a incapacidade de uma pessoa, restringindo, assim, o seu protagonismo no exercício de direitos civis.

Eunice Paiva, advogada militante e dedicada a enfrentar a violação de direitos humanos no Brasil, que muito lutou pela democracia, foi diagnosticada com Alzheimer, o que levou ao questionamento de sua capacidade, debate versado nos processos de interdição e internação não desejada.



A interdição e a internação compulsória ou involuntária atingem as pessoas idosas cuja capacidade jurídica é questionada em razão da habilidade para tomar decisões, e se inserem na lógica da institucionalização, seja sob o argumento da proteção à integridade e aos bens pela via da interdição, seja sob o argumento da necessidade de cuidados específicos que seriam prestados em uma instituição hospitalar ou congênere, afastando, assim, o idoso de uma situação de risco.

Ao contrário de muitas pessoas, a personagem central do livro consentiu com o pleito de interdição e pôde escolher aquele que viria a ser seu curador, a quem incumbiria, a partir de então, a adoção de providências visando o seu bem-estar e a proteção de seus direitos civis. E mais do que consentir com o pleito de interdição, em razão do diagnóstico precoce do Alzheimer e de um acervo patrimonial confortável, ela pôde decidir se, de fato, queria e precisava da medida de interdição, e não deixou de ser respeitada em suas preferências e vontades.

Essa situação, contudo, não se verifica com regularidade no Sistema de Justiça. As ações de interdição e de internação não desejada são iniciadas por terceiros que não a própria pessoa em situação de progressiva ou atual necessidade de apoio para as mais diversas atividades da vida que podem incluir a tomada de decisões.

Na prática, a análise jurídica da capacidade baseia-se em questionário e modelo que desconsideram a abordagem correta da habilidade para tomar decisões, não realizam uma análise funcional e relacional para além das dificuldades da pessoa e adotam conceitos exclusivamente jurídicos ou sem fundamentação científica (faculdades mentais, discernimento e incapacidade para os atos da vida civil).

Não é incomum que falem pessoas legitimadas para o exercício da curatela ou que as pessoas inicialmente autorizadas a exercerem tal função sejam substituídas ou removidas ao longo dos anos em que a curatela é judicialmente (e indefinidamente) mantida.

A temática da capacidade jurídica, contudo, impacta diretamente a essência da condição humana, qual seja, a possibilidade de autorrealização, de definir um plano de vida de acordo com nossas vontades e preferências, ainda quando de forma apoiada. Hoje está regulada segundo o modelo social, novo paradigma estruturado a partir de normas constitucionais e positivadas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que por sua vez informam e conformam a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual, entre outras disposições, promoveu algumas alterações nos modelos, ainda pouco avançados, do Código Civil e do Código de Processo Civil.

À semelhança da legislação sobre os direitos humanos das pessoas com deficiência, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, assinada pelo Estado brasileiro e aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 15 de junho de 2015, introduziu a concepção social da velhice, sendo certo que neste modelo todos os idosos gozam de capacidade jurídica para viver de acordo com suas escolhas (vontades e preferências), as boas e as ruins, e não podem ser considerados “objetos” de proteção pelo Estado ou por terceiros.

O contexto normativo atual já não permite a adoção de expressões e institutos ainda recorrentes no Sistema de Justiça pátrio, sobretudo os referenciais da pessoa

incapaz e da interdição civil, que devem – ou deveriam – causar arrepio aos juristas. Por uma razão simples: A necessidade de apoios para a tomada de decisões, ou a diversidade funcional na forma de expressar as próprias vontades, não anula a condição de pessoa nem tampouco suprime o direito desta ao igual reconhecimento perante a lei. Não se admitindo, em razão disso, modelos substitutivos das vontades dos sujeitos, exceto quando a pessoa está em coma, estado vegetativo persistente ou com demência grave e em estágio avançado, hipóteses nas quais “não possui capacidade mental para decidir naquele momento da sua vida”, embora permaneça como titular do direito à capacidade jurídica.

Mas a nossa sociedade precisa avançar, com urgência, no enfrentamento da discri-

minação institucional, disseminada pela interpretação e aplicação do direito em desconformidade com o sistema constitucional e de direitos humanos. A presente reflexão, portanto, propõe uma leitura do direito do idoso a tomar decisões, ainda quando questionada ou restringida sua capacidade pela via da interdição ou fixação da curatela, à luz da legislação mais atualizada que direciona a interpretação das demais normas sobre a matéria, inclusive a interpretação do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso, quando fazem menção específica ao presente tema sem se atentar à superação do modelo saúde-doença.

LEIA A ÍNTEGRA EM EDITORAJC.COM.BR

NOTA

1 PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. 1ª edição - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

“A temática da capacidade jurídica impacta diretamente a essência da condição humana, qual seja, a possibilidade de autorrealização, de definir um plano de vida de acordo com nossas vontades e preferências, ainda quando de forma apoiada”

